

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## Termo de Referência 311/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
311/2025	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	ANDRE HOLLERVEGER	29/05/2026 08:35 (v 0.12)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		00059.001020/2025-99

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de maquinário e equipamentos para reposição e modernização das oficinas da Diretoria de Engenharia e Patrimônio, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Coladeira de borda com função de colagem de ripado com 2 mesas extensoras; Potência mínima: 1,4KW; Tensão: 220V; Modelo de referência: VERRY-5130 ou equivalente técnico.	472264	un	01	R\$ 9.550,0000	R\$ 9.550,00
2	Esquadrejadeira de precisão manual com eixo inclinável; Tensão: 220V; Motor Trifásico: 5 CV; Diâmetro da serra do riscador: 120mm; Velocidade da serra: 4.000 RPM; Velocidade do riscador: 8.000 RPM; Motor do riscador: 3/4CV; Inclinação: 45°; Modelo de referência: Esquadrejadeira de Precisão Manual 5CV Trifásico 3200mm com Eixo Inclinável e Riscador Black Edition MAKSIWA-BMS3200IR-M ou equivalente técnico.	468594	un	01	R\$ 62.339,2200	R\$ 62.339,22
3	Furadeira de coluna (bancada) 750W; Tensão: 220V; Potência do motor: 750W / 1HP; Frequência: 60Hz; Faixa mínima de Velocidade: de 180 até 3865 RPM; Cone do fuso: Morse nº3; Profundidade de corte: 10mm; Capacidade de furação em aço: 32mm (1.1/4"); Distância entre centro do fuso à coluna: 255mm; Profundidade de furação:	220415	un	03	R\$ 9.539,1000	R\$ 28.617,30

	120mm. Modelo de referência: Furadeira de coluna FSC 32P Pratika, Schulz ou equivalente técnico.					
4	Serra de esquadria de 12 polegadas com braço telescópico. Tensão: 220V; Potência mínima: 1.675 W; Velocidade mínima Sem Carga: 3.800 RPM; Lâmina: Ø 12" X 1" (305 X 25 mm); Braço Telescópico: Sim; Esquadria Esquerda (mínimo): 0-45°; Esquadria Direita (mínimo): 0-45°; Inclinação à Esquerda (mínimo): 0-45°; Inclinação à Direita (mínimo): 0-45°. Modelo de referência: Serra meia esquadria 12" 1.675W com braço telescópio - DWS780 220V – DeWalt ou equivalente técnico.	636843	un	02	R\$ 5.945,7400	R\$ 11.891,48
5	Furadeira horizontal reforçada com mandril de 16mm; Tensão: 220V; Motor: Monofásico 1CV / 2 polos; Mandril: 5/8" (16mm); Dimensões mínimas da Mesa Móvel: 400 x 200mm. Modelo de referência: Furadeira Horizontal Black Edition Reforçada FH16 5/8 Pol. MAKSIWA ou equivalente técnico.	636846	un	01	R\$ 11.576,7333	R\$ 11.576,73
6	Lixadeira de fita regulável com calçador; Motor: Trifásico, 3 a 5 CV; Diâmetro das Polias: 220mm; Comprimento da Lixa: 7200mm. Modelo de referência: Lixadeira de Fita Profissional LIS 2750 x 800mm com Calçador e Motor Trifásico MAKSIWA ou equivalente técnico.	632582	un	01	R\$ 20.977,8500	R\$ 20.977,85
7	Guincho de Coluna Cabo de Aço de 300 a 600Kg 1500W; Tensão: 220V; Capacidade de elevação de carga: 300 /600 Kg; Velocidade de elevação: 10/5 m /min; Altura de elevação: 12m - 300kg / 6m - 600kg; Potência: 1500W; Motor: Elétrico Monofásico 60Hz. Modelo de referência: Guincho de Coluna Cabo de Aço 300/600Kg 1500W 220V MENEGOTTI-PRIME-V2-300 ou equivalente técnico.	632247	un	02	R\$ 990,0000	R\$ 1.980,00
8	Dobradeira hidráulica CN 125 Ton com mesa de pelo menos 3m; Tensão: 380V; Capacidade de carga: 125 Toneladas; Comprimento mínimo da mesa: 3 metros; Pressão nominal: 1250 kN. Modelo de referência: Dobradeira Viradeira Hidráulica 125 Ton 3200mm CN com Servo 380v PAINEL ESTUN E310P – Nagano ou equivalente técnico.	632168	un	01	R\$ 223.830,0000	R\$ 223.830,00
9	Guilhotina hidráulica com mesa de no mínimo 3 metros, com capacidade de corte mínima de 6 mm de espessura e 3000 mm de comprimento; Potência do motor: 7.5KW. Modelo de referência: Guilhotina Hidráulica 8 Ton 3200mm Corte Tesoura 380V – Modelo	632585	un	01	R\$ 155.000,0000	R\$ 155.000,00

	NPGH83200 Nagano ou equivalente técnico.					
10	Solda Ponto ou ponteadeira portátil; Tensão 220V; Potência mínima 3.000W; Corrente permanente de soldagem mínima 160 A; Modelo de referência: MSP 160 Vonder ou equivalente técnico.	636816	un	02	R\$ 2.616,2800	R\$ 5.232,56
11	Serra Policorte portátil; Tensão: 220V; Potência mínima do motor: 2200W; Rotações por minuto: 3.800RPM; Capacidade de corte 90°: 127mm; Tamanho: 14 polegadas. Modelo de referência: Serra Rápida Policorte Portátil 14 Pol. 2200W 220V MAKITA-LW1400 ou equivalente técnico.	632571	un	02	R\$ 2.203,9500	R\$ 4.407,90
12	Betoneira 400L de fundo triplo profissional 2 CV; monofásico; Tensão: 220V; Capacidade do tambor (L): 400; Capacidade de mistura (L): 315; No aprox. de ciclos/hora: 15; Produção horária aprox. (m3): 4,7; Rotação do tambor (rpm): 28; Potência do motor: 2cv; Tensão monofásica: 220V; Frequência (Hz): 60; Transmissão por correia: tipo "V". Modelo de referência: Betoneira 400 litros Com Motor Monofásico e Chave Elétrica NR12 - RLL-400NR12C/M 220V - Rotterman ou equivalente técnico.	487731	un	02	R\$ 5.040,5000	R\$ 10.081,00
13	Lavadora de alta pressão indução, com mangueira desobstrutiva mínima de 7,5 metros. Tensão: 220V Potência elétrica: 2200W/3CV Pressão mínima: 2000PSI Vazão mínima: 500L/h Tipo de plugue: 3 pinos Motor: Indução Tamanho da mangueira: 7,5m Tamanho da mangueira desentupidora: 2m. Acessórios: Pistola de alta pressão, Lança com engate rápido, Bico leque 15°, Bico Turbo, engate rápido e agulha de limpeza para bico. Modelo de referência: Lavadora de Alta Pressão Desobstruidora 2200W WAP 4100 220V ou equivalente técnico.	449988	un	03	R\$ 2.429,6850	R\$ 7.289,06
14	Gerador de energia a gasolina 220v com rodas. Potência do motor: 15 HP Potência máxima: 9,0 KVA Potência nominal: 8,5 KVA Tensão de voltagem: 110/220 V Fases: Monofásico Capacidade do tanque: 25 Autonomia aprox.: 8 h. Modelo de referência: Gerador de Energia a Gasolina TG10000CXE-XP 9.0 Kva Monofásico com Partida Elétrica e Manual TOYAMA-201-034DR ou equivalente técnico.	481445	un	02	R\$ 6.344,5000	R\$ 12.689,00
	Máquina de costura profissional de transporte duplo. Motor: Direct Drive. Velocidade mínima: 2.000 rpm Fornecida com mesa e pés: Potência					

15	mínima 750W, Tensão: 220 V. Modelo de referência: Zoje ZJ-0303L-3BD-02 ou equivalente técnico.	610338	un	03	R\$ 4.709,0000	R\$ 14.127,00
16	Máquina overlock profissional direct drive com 3 fios. Velocidade mínima: 6.000 rpm Fornecida com mesa e pés; Potência mínima: 550W Tensão: 220 V; Quantidade de fios: 3 fios. Modelo de referência: Zoje B9500-17-220V ou equivalente técnico.	481260	un	01	R\$ 5.160,7167	R\$ 5.160,72
17	Motocompressor de ar 19 l com acessórios para pintura. Tensão: Monofásico - 220 V, Tipo do Motor: Aberto; Pressão de Operação Mínima Superior:120 lbf/pol²; Pressão de Operação Mínima Inferior:80 lbf/pol²; Potência: 1,5 hp; Frequência: 60 Hz; Volume do Reservatório: 19 litros; Lubrificado. Modelo de referência: Motocompressor de Ar 1,5HP 20L 220V com Jogo de Acessórios 5 Peças SCHULZ-K8693 ou equivalente técnico.	623751	un	03	R\$ 1.316,9800	R\$ 3.950,94
18	Motocompressor de ar compacto com acessórios para pintura. Fase - Tensão: Monofásico - 220 V; Tipo do Motor: Aberto; Pressão de Operação Mínima:2,8 lbf/pol²; Potência mínima: 0,25 hp; Isento de óleo. modelo de referência: Motocompressor de Ar Jet Fácil Plus com 9 Acessórios 220V SCHULZ ou equivalente técnico.	636898	un	01	R\$ 673,2000	R\$ 673,20
19	Máquina de solda portátil tipo: Inversora; Tensão: 220 V; Frequência Nominal: 60 HZ; Fator Potência mínimo: 0,92; Faixa Corrente: 5 A 200 A; Aplicação: Solda Peq./Méd. Porte em alumínio, ferro e inox; Características Adicionais: Garra Obra, Porta Eletrodo E Alça. Modelo de referência: Máquina de Solda Inversora MMA 200A 230V com Display Digital DEKO-DKA200Y ou equivalente técnico.	451177	un	02	R\$ 698,6000	R\$ 1.397,20
20	Máquina de solda MIG sem gás -Tipo Arco: Mig/Mag; Corrente Nominal mínima: 150 A; Faixa Corrente: 20 A 120 A; Tensão Alimentação: 220 V; Frequência: 60 HZ; Características Adicionais: Processo de solda MIG sem gás. Modelo de referência: Máquina de Solda Multi Processo MIG/MMA/TIG 120A 220V FORTGPRO-FG4004W ou equivalente técnico.	636817	un	01	R\$ 596,9000	R\$ 596,90
21	Máquina de solda MIG com gás - Tipo Arco: Mig/Mag; Corrente Máxima: 300 A; Tensão: 380 V; Tensão Alimentação: Trifásico; Frequência: 60 Hz; Características Adicionais: Semi-Automática, fornecida com Tocha e Alimentador de Arame Embutido.	601330	un	01	R\$ 8.208,9000	R\$ 8.208,90



Relatório PGC nº	Descrição do Objeto	Valor	Documento SEI nº
188/2025	Aquisição de equipamentos para as oficinas de civil	1.000.000,00	

2.3. A presente contratação está alinhada ao Plano de Contratações (PGC) da DIENP, contribuindo para o aumento da resiliência da infraestrutura e para a continuidade dos serviços públicos com qualidade, segurança e eficiência.

#### 2.4. DO ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) E O PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)

2.4.1. Em atendimento ao disposto no art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, registra-se que a presente contratação encontra-se devidamente alinhada aos instrumentos de planejamento da Administração Pública Federal, notadamente o Plano de Contratações Anual (PCA) e o Plano de Gestão de Logística Sustentável da Presidência da República (PLS/PR).

2.4.2. A demanda encontra-se formalmente prevista no Plano de Contratações Anual (PGC) da Diretoria de Engenharia e Patrimônio (DIENP), conforme consignado no item 2.3 deste Termo de Referência (Relatório PGC nº 188/2025), assegurando sua conformidade com o planejamento anual de contratações do órgão.

2.4.3. No que tange ao Plano de Gestão de Logística Sustentável da Presidência da República (PLS/PR), cujas diretrizes e práticas estão consolidadas no documento "Plano de Gestão de Logística Sustentável da Presidência da República de 2018", verifica-se a plena aderência desta contratação aos seus objetivos, diretrizes e planos de ação. A aquisição proposta para modernização das oficinas da DIENP contribui diretamente para diversos eixos temáticos do PLS/PR, em especial:

a) Eixo Compras e Contratações Sustentáveis: A presente contratação, ao especificar a aquisição de maquinário e equipamentos novos, com exigências de eficiência energética, conformidade com normas de segurança (NR-12, NR-17, NR-18) e de sustentabilidade (embalagens recicláveis, declaração de responsabilidade ambiental), está em consonância com o objetivo do PLS/PR de "Implementar práticas sustentáveis nos processos de aquisição". A exigência de eficiência energética, conforme item 4.1.1 deste Termo de Referência, reforça o alinhamento com a ação prevista no PLS para aquisição de equipamentos com certificações como o Selo Procel/INMETRO ou equivalentes, quando aplicável, mencionada no item "Equipamentos" do PLS/PR.

b) Eixo Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho: A exigência de que os equipamentos, quando aplicável, estejam em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NR-12, NR-17 e NR-18), conforme detalhado nos subitem 3.3.5, visa assegurar um ambiente laboral seguro e ergonômico, mitigando riscos de acidentes. Esta preocupação está diretamente ligada aos objetivos do PLS/PR no eixo "Qualidade de Vida no Trabalho", que busca "proporcionar condições de trabalho adequadas ao bem-estar coletivo" e "segurança do trabalho".

c) Eixo Inventário de Bens Permanentes: A justificativa para a aquisição, apresentada no item 3.3.1, baseia-se na necessidade de "substituição de maquinários obsoletos - alto índice de equipamentos que apresentam alto índice de falhas, indisponibilidade de peças de reposição e ausência de dispositivos de segurança". Esta ação de modernização está alinhada com a função do inventário anual, conforme descrito no PLS/PR, de "identificar o estado de conservação dos bens inventariados... e "propor a imediata apuração...", subsidiando a decisão por novas aquisições apenas quando necessário, como é o caso, e garantindo a eficiência e segurança dos bens em uso.

d) Eixo Energia Elétrica: A substituição de maquinário obsoleto por equipamentos modernos e com critérios de eficiência energética (item 4.1.1) atende ao objetivo do PLS/PR de "Modernizar os espaços da estrutura administrativa com foco na eficiência energética" e às ações de padronização de equipamentos eletroeletrônicos para redução do consumo de energia.

2.4.4. Dessa forma, comprova-se que a presente contratação não apenas está prevista no planejamento anual, como também está em perfeita harmonia com as diretrizes, objetivos e metas do Plano de Gestão de Logística Sustentável da Presidência da República, promovendo a modernização da infraestrutura com foco na eficiência, na segurança do trabalhador e na sustentabilidade ambiental, em linha com as boas práticas de gestão pública.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A solução proposta consiste na modernização integral do parque de maquinários das oficinas de marcenaria, serralheria, pintura, tapeçaria, hidráulica e alvenaria da Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Presidência da República, mediante aquisição de equipamentos novos, seguros, eficientes e sustentáveis.

3.2. O objetivo é garantir condições adequadas para o pleno desempenho das atividades de manutenção, fabricação e restauração de bens móveis e instalações, eliminando os riscos associados ao uso de máquinas obsoletas e inoperantes.

3.3. A solução contempla:

3.3.1. Substituição de maquinários obsoletos - alto índice de equipamentos que apresentam alto índice de falhas, indisponibilidade de peças de reposição e ausência de dispositivos de segurança, incompatíveis com a NR-12 e demais normas de segurança aplicáveis.

3.3.2. Ampliação do parque de máquinas – aquisição de equipamentos inexistentes nas oficinas, mas que são imprescindíveis para atender às demandas crescentes, como guincho de coluna, dobradeira hidráulica, e compressores de ar portáteis.

3.3.3. Padronização tecnológica – equipamentos modernos, com melhor precisão operacional, redução do desperdício de materiais e eficiência energética, alinhados ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

3.3.4. Atendimento à diversidade de demandas – as oficinas da Presidência são responsáveis por serviços de marcenaria, serralheria, tapeçaria, hidráulica, pintura e alvenaria, que exigem soluções versáteis, ágeis e de qualidade para suportar reparos emergenciais e manutenções planejadas.

3.3.5. Segurança e ergonomia – os equipamentos deverão ser fornecidos com sistemas de proteção coletiva e individual, quando aplicável, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR-12, NR-17 e NR-18), assegurando ambiente laboral seguro e mitigando riscos de acidentes.

3.3.6. Assistência técnica e suporte – os maquinários deverão contar com garantia mínima de 12 meses, assistência técnica no território nacional e disponibilidade de peças de reposição.

3.3.7. Inviabilidade da locação de maquinários – analisou-se a possibilidade de locação como alternativa à aquisição. Contudo, verificou-se que:

3.3.7.1. Máquinas específicas (dobradeiras hidráulicas, guilhotinas, furadeiras Máquinas específicas industriais de precisão, lixadeiras de grande porte etc.) não estão disponíveis em empresas de locação comuns, o que inviabiliza seu atendimento por essa modalidade.

3.3.7.2. Mesmo nos casos de equipamentos de fácil acesso no mercado de locação, como betoneiras, serras, compressores e geradores, a Presidência da República enfrenta entraves administrativos: cada locação exigiria a abertura de processo formal, com elaboração de termo de referência, cotação, minuta de contrato e tramitação completa, o que inviabiliza a agilidade frente às demandas emergenciais e rotineiras da Diretoria de Engenharia.

3.3.7.3. A natureza das demandas da Presidência é imediata e inadiável, muitas vezes vinculada a eventos oficiais, obras emergenciais ou necessidades de conservação de patrimônio, não sendo compatível com os prazos burocráticos de um processo licitatório de locação.

3.3.7.4. Além disso, a locação contínua de máquinas de uso recorrente resultaria em custo superior à aquisição, sem deixar legado patrimonial para a Administração.

### 3.4. Especificação do produto

3.4.1 Conforme levantamento realizado, os maquinários a serem adquiridos devem apresentar as especificações técnicas mínimas ou equivalentes, de acordo com a tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência:

3.5. Todos os equipamentos deverão ser fornecidos com manuais em português, certificados de conformidade e dispositivos de segurança exigidos em norma.

3.6. Assim, conclui-se que a opção pela aquisição definitiva é a solução mais viável e vantajosa para a Administração Pública, garantindo disponibilidade imediata, redução de custos a médio prazo e preservação da eficiência institucional.

3.7. Com a implementação da solução, espera-se alcançar ganhos em produtividade, economicidade e segurança, além de assegurar maior confiabilidade na execução dos serviços essenciais à Presidência da República, reduzindo custos com manutenções corretivas, desperdício de insumos e tempo de execução das atividades.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Sempre que disponíveis no mercado, os equipamentos deverão possuir eficiência energética comprovada, observados os critérios do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE/INMETRO) ou selo equivalente;

4.1.2. As embalagens utilizadas para acondicionamento e transporte dos bens deverão ser recicláveis, reutilizáveis ou retornáveis, vedada a utilização de materiais que não possuam destinação ambientalmente adequada; e

4.1.3. Os fornecedores deverão apresentar declaração de responsabilidade ambiental, assegurando o descarte correto de resíduos e o cumprimento das normas ambientais vigentes, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

### Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação, será admitida a indicação de marcas e modelos como referências técnicas, exclusivamente para fins de parametrização das especificações mínimas exigidas.

4.2.5. Os equipamentos indicados no ETP e neste Termo de Referência, cuja marca/modelo serve apenas como exemplo de desempenho e configuração mínima, admitindo-se qualquer outro produto que atenda integralmente às especificações técnicas descritas.

4.2.6. A eventual menção a marcas ou modelos tem caráter meramente exemplificativo, não configurando restrição à ampla competitividade do certame, sendo aceitos quaisquer bens que cumpram as características técnicas estabelecidas.

### Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. A Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos:

4.3.1. Equipamentos que não atendam integralmente à NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos), incluindo ausência de dispositivos de proteção obrigatórios, exclusivamente para os equipamentos industriais em que essa norma se aplica;

4.3.2. Produtos cujos fabricantes ou distribuidores não disponham de assistência técnica autorizada em território nacional e que não garantam fornecimento de peças de reposição durante o período de garantia contratual.



## **Da exigência de amostra**

4.4. Para a presente contratação não será exigida a apresentação de amostras, considerando que as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência são suficientemente objetivas e detalhadas para assegurar a qualidade do fornecimento.

4.5. O atendimento às condições estabelecidas será verificado por meio da conferência técnica dos bens entregues, em conformidade com os requisitos de desempenho e segurança descritos.

4.6. A aceitação do objeto ficará condicionada à apresentação da garantia mínima de 12 (doze) meses, assegurando cobertura contra defeitos de fabricação, falhas de desempenho e a disponibilidade de assistência técnica autorizada no território nacional.

## **Critérios de Aceitação**

4.7. Para o item a ser adquirido, o licitante deverá encaminhar juntamente com a proposta comercial, catálogo técnico do fabricante dos equipamentos e acessórios ofertados, que contenha todas as especificações e detalhes técnicos.

4.7.1. O catálogo técnico dos equipamentos e acessórios deverá conter fotos.

4.8. Por se tratar de aquisição de bens sem serviços de instalação, a qualificação técnica limitar-se-á aos documentos necessários e suficientes à garantia do cumprimento do objeto, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, vedadas exigências impertinentes ou excessivas. Exigir-se-á, exclusivamente:

I – declaração do licitante de que os bens são novos e originais, com garantia nacional.

## **Subcontratação**

4.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que se trata de fornecimento de bens de uso específico e técnico, cuja responsabilidade pela entrega, qualidade e garantia deve permanecer integralmente com a contratada.

## **Garantia da contratação**

4.9. Não haverá exigência de garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de fornecimento de bens padronizados e de baixo risco de inadimplemento contratual, conforme análise do Estudo Técnico Preliminar.

## **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.10 A aplicação da cota de 25% para ME/EPP não se mostra vantajosa nem viável tecnicamente, razão pela qual não será adotada no presente processo licitatório, em conformidade com a legislação vigente e jurisprudência do TCU.

4.11. Em atendimento ao disposto no Art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, e considerando as orientações constantes nos Acórdãos nº 1819/2018 e nº 169/2019 – Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), apresenta-se a seguinte justificativa técnica para a não aplicação da cota de até 25% do objeto licitado para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP):

1. Conforme previsto no Art. 49, III, da LC nº 123/2006, o tratamento diferenciado poderá ser afastado quando não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto. Tal entendimento é corroborado pelos Acórdãos nº 1819/2018 e nº 169/2019 – Plenário do TCU, que reforçam a necessidade de justificativa técnica fundamentada para a não aplicação da cota.
2. Ausência de Vantajosidade Econômica: Estudos preliminares de mercado indicam que a aplicação da cota não resultaria em redução de custos ou aumento da competitividade, podendo inclusive elevar o valor global da contratação, em razão da perda de escala e da necessidade de múltiplas gestões contratuais.

## **Margem de Preferência:**

4.12. O Item 14 (CATMAT 481445), objeto da contratação, enquadra-se na margem de preferência normal de 10%, prevista na a RESOLUÇÃO SEGES-CICS/MGI Nº 4, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar formalmente, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, as razões que justifiquem eventual pleito de prorrogação do prazo, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no endereço: Oficinas da Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Presidência da República, Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Brasília/DF, em dias úteis, no horário de expediente da Administração.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo.

5.5. A garantia abrangerá a realização de manutenção corretiva, com substituição de peças, ajustes e reparos necessários para assegurar o perfeito funcionamento dos equipamentos, sem qualquer ônus para a Administração.

5.6. As peças substituídas deverão ser novas, originais e de primeiro uso, apresentando padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos componentes originais.

5.7. A contratada, ou sua rede de assistência técnica autorizada no território nacional, deverá efetuar a reparação ou substituição dos bens defeituosos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da retirada do equipamento, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa aceita pelo contratante.

5.8. Na hipótese de prorrogação do prazo de reparo, a contratada deverá disponibilizar, sem ônus para a Administração, equipamento equivalente em caráter provisório, de especificação igual ou superior, para não prejudicar a continuidade das atividades.

5.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos, quando necessários reparos durante o período de garantia, será de inteira responsabilidade da contratada.

5.10. A garantia legal ou contratual dos bens terá vigência própria e independente da vigência contratual, não afastando a aplicação de penalidades em caso de descumprimento de obrigações.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.14.1. Realizar inspeções técnicas nos equipamentos entregues, verificando o atendimento às especificações, aos requisitos de segurança (NR-12, NR-17 e NR-18), quando aplicáveis, e à conformidade documental (notas fiscais, certificados, manuais em português).

6.14.2. Registrar em relatório próprio as ocorrências verificadas durante a execução contratual, incluindo inconformidades, necessidade de reparos e eventuais prorrogações de prazo, mantendo histórico atualizado no sistema de gestão da Administração.

6.14.3. Promover reuniões técnicas periódicas com a contratada, sempre que necessário, para avaliar a execução do contrato, solucionar pendências e alinhar providências corretivas.

6.14.4. Requisitar, quando pertinente, testes de funcionamento ou demonstrações práticas para validar a performance dos equipamentos antes do recebimento definitivo.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### 7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,25% (um quarto por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima, alíneas “e” a “h”, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea: apresentação de documentação falsa; recusa injustificada em assinar o contrato; ou demais condutas previstas em lei que configurem inexecução das obrigações iniciais.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (dias) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial/IBGE) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

8.27. Não haverá antecipação de pagamento, devendo o pagamento ocorrer somente após o recebimento definitivo dos bens, em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### **Cessão de Crédito**

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.



8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/03/2026.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo /IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Não se aplica a exigência de ato de autorização para o exercício da atividade, considerando tratar-se de contratação de bens comuns de natureza industrial, cuja comercialização não está sujeita a regulamentação específica por órgão setorial ou entidade reguladora.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, conforme art. 69, § 2º da Lei nº 14.133/2021.
- 9.27. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*
- 9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 9.32. Não serão exigidos atestados de capacidade técnico-operacional ou técnico-profissional, por se mostrarem desnecessários à execução do objeto (fornecimento), preservadas as demais exigências de habilitação jurídica, fiscal, social/trabalhista e econômico-financeira previstas neste instrumento

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 663.509,56 (seiscentos e sessenta e três mil, quinhentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante do item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. Em conformidade com o art. 24, § 3º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o valor estimado da contratação será divulgado no instrumento convocatório, assegurando-se a transparência e a publicidade inerentes aos processos licitatórios, sem prejuízo da ampla competitividade.

10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A indicação da dotação orçamentária desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2025, na Unidade Gestora Secretaria de Administração, número de UG 110001 – SA/PR

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Este Termo de Referência integra o edital e o contrato dele decorrente, prevalecendo sobre quaisquer outros documentos ou propostas apresentadas pela contratada em caso de divergência, salvo disposição expressa em contrário.

12.3. Registra-se que o presente Termo de Referência, embora formalmente editado na versão de abril/2025 constante no rodapé do documento, foi integralmente revisado e adequado, no que coube, às disposições da versão mais recente do modelo de Termo de Referência da AGU (dezembro/2025), incorporando-se as atualizações pertinentes ao objeto da contratação, com vistas a assegurar a conformidade do instrumento com as diretrizes vigentes.

*Brasília-DF, na data da assinatura.*

### **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

O Anexo I do TR (REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO) está em arquivo próprio e separado. Prevalecerá exclusivamente o que consta do referido anexo.

### **14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

O Anexo II do TR (TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA) está em arquivo próprio e separado. Prevalecerá exclusivamente o que consta do referido anexo.

### **15. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**WAGNER ALVES**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 08:35:28.*

**BARNEH PEREIRA DA SILVA**

Membro da comissão de contratação

**ANDRE HOLLERVEGER**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 15:27:26.*

**FABIO MOURA DA GUARDA**

Assistente



*Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 16:45:46.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I do TR.pdf (338.49 KB)
- Anexo II - Anexo II do TR.pdf (205.75 KB)



**Presidência da República**  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração - SA  
Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP  
Coordenação-Geral de Operações de Engenharia – COENGE

## **ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**

### **REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO**

#### **1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite da Nota de Empenho pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. A referida Nota de Empenho substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

#### **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado da data da emissão da Nota de Empenho, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A vigência poderá ser prorrogada nas hipóteses previstas no art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que devidamente justificada pela Administração e aceita pela contratada.

#### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:





**Presidência da República**  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração - SA  
Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP  
Coordenação-Geral de Operações de Engenharia – COENGE

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.



**Presidência da República**  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração - SA  
Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP  
Coordenação-Geral de Operações de Engenharia – COENGE

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará



**Presidência da República**  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração - SA  
Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP  
Coordenação-Geral de Operações de Engenharia – COENGE

autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da



**Presidência da República**  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração - SA  
Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP  
Coordenação-Geral de Operações de Engenharia – COENGE

Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

*4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

*4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*

*4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

*4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*



**Presidência da República**  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração - SA  
Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP  
Coordenação-Geral de Operações de Engenharia – COENGE

*4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

*4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*

*4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*

*4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*

*4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*

*4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.*

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.



**Presidência da República**  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração - SA  
Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP  
Coordenação-Geral de Operações de Engenharia – COENGE

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.



**Presidência da República**  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração - SA  
Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP  
Coordenação-Geral de Operações de Engenharia – COENGE

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. FORO**

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.





**Presidência da República**  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração - SA  
Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP  
Coordenação-Geral de Operações de Engenharia – COENGE

## **ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**

### **TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)



## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**Estudo Técnico Preliminar 135/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 00059.001020/2025-99

**2. Descrição da necessidade**

2.1. As oficinas da Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Presidência da República desempenham papel estratégico na manutenção, conservação e adaptação de bens móveis e instalações utilizadas pela Administração Pública Federal. Atendem, de forma contínua e crescente, às demandas de marcenaria, serralheria, pintura, tapeçaria, hidráulica e alvenaria, prestando suporte essencial ao funcionamento das atividades administrativas e institucionais da Presidência da República.

2.2. Entretanto, conforme amplamente diagnosticado no **Relatório Técnico elaborado pela ENGEMIL (2025)**, o parque de maquinários encontra-se em estado avançado de sucateamento e obsolescência. Foram identificados equipamentos com vida útil esgotada, falhas recorrentes, indisponibilidade de peças de reposição e ausência de dispositivos de segurança compatíveis com a **Norma Regulamentadora NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos)**, expondo os operadores a riscos e reduzindo a confiabilidade operacional.

2.3. Além do aspecto da segurança, a falta de maquinário moderno compromete a qualidade dos serviços prestados, gera desperdício de material, aumenta os prazos de execução e eleva os custos de manutenção corretiva. Também se observam limitações ergonômicas e de acessibilidade, incompatíveis com as melhores práticas de governança pública e com os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade previstos no art. 11 da **Lei nº 14.133/2021**.

2.4. Diante desse contexto, a contratação ora em estudo busca sanar as deficiências constatadas, por meio da aquisição de novos equipamentos que garantam:

- segurança dos operadores, em conformidade com a legislação vigente (NR-12, NR-18 e ABNT aplicáveis);
- atendimento pleno às demandas operacionais cada vez mais frequentes;
- redução de desperdícios e aumento da produtividade;
- modernização tecnológica alinhada aos critérios de sustentabilidade e eficiência energética;
- maior confiabilidade e continuidade dos serviços essenciais à Presidência da República.

2.5. Assim, a necessidade da contratação não se restringe à reposição de bens, mas constitui medida indispensável para a preservação da segurança laboral, da eficiência administrativa e da capacidade de resposta imediata às demandas institucionais, diretamente relacionadas à manutenção da estrutura de apoio da Chefia do Poder Executivo Federal.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIRETORIA DE ENGENHARIA E PATRIMÔNIO	Érica Carvalho de Almeida

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, de desempenho, qualidade e segurança, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência, acessibilidade e sustentabilidade:

#### 4.2. Requisitos Técnicos Gerais

- Aquisição de maquinários novos e de primeira utilização, com garantia mínima de 12 meses.
- Fornecimento de equipamentos compatíveis com a infraestrutura elétrica e estrutural disponível nas oficinas da Presidência da República.
- Observância integral à **NR-12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos**, especialmente quanto a dispositivos de proteção, sinalização, manuais técnicos e sistemas de parada de emergência.
- Atendimento a normas técnicas da **ABNT aplicáveis**, garantindo padronização, desempenho e intercambialidade.
- Redução do consumo energético, sempre que possível, em conformidade com o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis** e com práticas de eficiência energética.

#### 4.3. Requisitos de Segurança e Saúde Ocupacional

- Adequação às **Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego**, em especial:
  - **NR-12** (Segurança em Máquinas e Equipamentos);
  - **NR-18** (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), aplicável às atividades correlatas;
  - **NR-17** (Ergonomia), no que couber para mitigação de esforços físicos repetitivos.
- Inclusão de dispositivos de proteção coletiva e individual nos equipamentos, prevenindo riscos de acidentes.

#### 4.4. Requisitos de Desempenho e Qualidade

- Capacidade operacional adequada para suportar a crescente demanda das oficinas, assegurando precisão e padronização nos serviços de marcenaria, serralheria, tapeçaria, pintura, hidráulica e alvenaria.
- Equipamentos com tecnologia atualizada, reduzindo paradas não programadas e necessidade de manutenções corretivas frequentes.

- Garantia de continuidade operacional, com fornecimento de peças de reposição no mercado nacional.

#### 4.5. Requisitos de Sustentabilidade

- Preferência por máquinas com motores de baixo consumo energético, sistemas que reduzam desperdícios de insumos e funcionalidades que aumentem a vida útil de peças e acessórios.
- Observância ao art. 20 da **Lei nº 14.133/2021** e ao **Decreto nº 10.818/2021**, vedando aquisição de bens de luxo.
- Embalagens e manuais devem priorizar materiais recicláveis, em conformidade com boas práticas ambientais.

#### 4.6. Requisitos de Garantia e Assistência Técnica

- Suporte técnico e manutenção durante o período de garantia.
- Disponibilidade de assistência técnica credenciada em território nacional.
- Entrega acompanhada de treinamentos operacionais básicos aos servidores responsáveis pela utilização.

#### 4.7. Da classificação do objeto quanto à natureza (comum ou especial)

4.7.1. Em atendimento ao disposto no art. 6º, incisos XIII e XIV, da Lei nº 14.133/2021, procede-se à análise da natureza dos bens que compõem o objeto desta contratação, para fins de definição da modalidade licitatória adequada.

4.7.2. A classificação de um bem como comum ou especial leva em consideração a possibilidade de seus padrões de desempenho e qualidade serem objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado.

4.7.3. Dos bens que compõem o objeto:

Grupo	Equipamentos	Características	Classificação
Marcenaria	Coladeira de borda, esquadrejadeira, lixadeira de fita	Especificações objetivas: potência, tensão, dimensões, rotação, modelos de referência	COMUM
Serralheria	Dobradeira hidráulica, guilhotina, furadeira horizontal, soldas	Especificações objetivas: capacidade em toneladas, comprimento da mesa, pressão, amperagem	COMUM
Construção civil	Betoneira, lavadora de alta pressão, gerador	Especificações objetivas: capacidade em litros, pressão em PSI, potência em KVA	COMUM
Tapeçaria	Máquinas de costura, overlock	Especificações objetivas: velocidade em ppm, potência, tensão, número de fios	COMUM
Apoio	Compressores, serras portáteis, guincho	Especificações objetivas: pressão, capacidade de carga, potência, rotação	COMUM

4.7.4. Fundamentação legal e doutrinária:

Conforme entendimento consolidado no âmbito da Administração Pública Federal, inclusive em orientações da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), considera-se bem comum aquele que:

- Pode ser descrito no edital por meio de especificações objetivas;
- Possui padrões de desempenho e qualidade definidos por normas técnicas (ABNT, INMETRO) ou por práticas de mercado;
- Admite-se a indicação de modelos de referência, desde que para fins de parametrização, sem restringir a competitividade.

4.7.5. Diante da análise técnica acima, conclui-se que todos os bens que compõem o objeto desta contratação enquadram-se na categoria de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que:

- a) É possível estabelecer, de forma objetiva e precisa, as especificações técnicas de cada equipamento, conforme detalhado nos itens 1.1 e 3.4 do Termo de Referência;
- b) Os padrões de desempenho e qualidade podem ser aferidos por meio de especificações usuais de mercado (potência, capacidade, dimensões, tensão, rotação, pressão, etc.);
- c) Há modelos de referência indicados no item 4.2 do Termo de Referência, de caráter meramente exemplificativo, que demonstram a existência de padrões objetivos no mercado;
- d) A natureza dos bens não apresenta alta heterogeneidade ou complexidade que impeça sua descrição objetiva em edital.

4.7.6. Em razão desta classificação, a modalidade licitatória adequada é o Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, conforme previsto no art. 29 da Lei nº 14.133/2021 e justificado no item 9.1 do Termo de Referência.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Em atendimento aos princípios da eficiência e da busca pela solução mais vantajosa para a Administração, bem como ao disposto no art. 18, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento de mercado para identificar as diferentes alternativas disponíveis para atender à necessidade descrita no item 2 deste Estudo Técnico Preliminar.

5.2. O objetivo deste levantamento foi prospectar soluções, metodologias, tecnologias e modelos de negócio inovadores que pudessem atender, com maior eficácia, economicidade e sustentabilidade, às demandas das oficinas da Diretoria de Engenharia e Patrimônio, antes da definição do objeto e da consequente pesquisa de preços.

### **5.3. Metodologia do Levantamento:**

5.3.1. A prospecção de soluções foi realizada por meio das seguintes fontes e técnicas:

- a) Consulta a sítios eletrônicos de fabricantes e distribuidores nacionais e internacionais de maquinário para os segmentos de marcenaria, serralheria, pintura, tapeçaria, hidráulica e alvenaria.
- b) Análise de contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública

Federal, estadual e municipal, por meio de consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e a sistemas como o ComprasGov, com o objetivo de identificar as soluções comumente adotadas e seu estágio de inovação.

c) Realização de reuniões técnicas e consultas informais a especialistas e potenciais fornecedores para compreender o estado da arte em equipamentos para oficinas de manutenção predial e patrimonial.

#### **5.4. Soluções identificadas:**

5.4.1. A partir da prospecção realizada, foram identificadas as seguintes categorias de soluções para o atendimento da necessidade:

a) Aquisição de Equipamentos Novos: Solução tradicional, que envolve a compra de maquinário, co

#### **5.5. Análise Comparativa e Escolha da Solução:**

5.5.1. A análise comparativa entre as soluções identificadas considerou os seguintes critérios: viabilidade técnica, custo-benefício a curto, médio e longo prazo, agregação de valor ao patrimônio público, celeridade no atendimento das demandas, e alinhamento às normas de segurança (NR-12) e sustentabilidade.

5.5.2. A opção pela aquisição de equipamentos novos com tecnologia atualizada foi considerada a mais vantajosa, em especial pela possibilidade de:

- Agregar patrimônio público, garantindo um legado para a Administração e eliminando os custos recorrentes e a dependência de terceiros inerentes aos modelos de locação ou contratação de serviços.
- Assegurar o pleno controle e a disponibilidade imediata dos equipamentos para atendimento de demandas emergenciais e sigilosas da Presidência da República.

5.5.3. A locação foi considerada inviável para a totalidade do objeto, conforme justificativa detalhada no item 6.3.7, devido à indisponibilidade de máquinas especializadas no mercado de locação e aos entraves burocráticos para contratações emergenciais.

5.5.4. A contratação de serviços por produção foi descartada por não se alinhar à necessidade de manter uma capacidade instalada e resposta imediata no âmbito interno, podendo comprometer a segurança e a celeridade exigidas.

5.5.5 Diante do exposto, conclui-se que a solução de aquisição de maquinário novo, com especificações técnicas que incorporem, sempre que viável, inovações tecnológicas e critérios de eficiência energética e segurança, é a que melhor atende às necessidades da Administração.

### **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução proposta consiste na modernização integral do parque de maquinários das oficinas de marcenaria, serralheria, pintura, tapeçaria, hidráulica e alvenaria da Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Presidência da República, mediante aquisição de equipamentos novos, seguros, eficientes e sustentáveis.

6.2. O objetivo é garantir condições adequadas para o pleno desempenho das atividades de manutenção, fabricação e restauração de bens móveis e instalações, eliminando os riscos associados ao uso de máquinas obsoletas e inoperantes.

6.3. A solução contempla:

**6.3.1. Substituição de maquinários obsoletos** – troca de equipamentos que apresentam alto índice de falhas, indisponibilidade de peças de reposição e ausência de dispositivos de segurança, incompatíveis com a **NR-12** e demais normas de segurança aplicáveis.

**6.3.2. Ampliação do parque de máquinas** – aquisição de equipamentos inexistentes nas oficinas, mas que são imprescindíveis para atender às demandas crescentes, como guincho de coluna, dobradeira de tubos e metalon, e compressores de ar de maior capacidade.

**6.3.3. Padronização tecnológica** – equipamentos modernos, com melhor precisão operacional, redução do desperdício de materiais e eficiência energética, alinhados ao **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**.

**6.3.4. Atendimento à diversidade de demandas** – as oficinas da Presidência são responsáveis por serviços de marcenaria, serralheria, tapeçaria, hidráulica, pintura e alvenaria, que exigem soluções versáteis, ágeis e de qualidade para suportar reparos emergenciais e manutenções planejadas.

**6.3.5. Segurança e ergonomia** – todos os equipamentos deverão ser fornecidos com sistemas de proteção coletiva e individual, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR-12, NR-17 e NR-18), assegurando ambiente laboral seguro e mitigando riscos de acidentes.

**6.3.6. Assistência técnica e suporte** – os maquinários deverão contar com garantia mínima de 12 meses, assistência técnica no território nacional e disponibilidade de peças de reposição.

**6.3.7. Inviabilidade da locação de maquinários** – analisou-se a possibilidade de locação como alternativa à aquisição. Contudo, verificou-se que:

6.3.7.1. **Máquinas específicas** (dobradeiras hidráulicas, guilhotinas, furadeiras industriais de precisão, lixadeiras de grande porte etc.) não estão disponíveis em empresas de locação comuns, o que inviabiliza seu atendimento por essa modalidade.

6.3.7.2. Mesmo nos casos de equipamentos de fácil acesso no mercado de locação, como betoneiras, serras, compressores e geradores, a Presidência da República enfrenta entraves administrativos: cada locação exigiria a abertura de processo formal, com elaboração de termo de referência, cotação, minuta de contrato e tramitação completa, o que inviabiliza a agilidade frente às demandas emergenciais e rotineiras da Diretoria de Engenharia.

6.3.7.3. A natureza das demandas da Presidência é imediata e inadiável, muitas vezes vinculada a eventos oficiais, obras emergenciais ou necessidades de conservação de patrimônio, não sendo compatível com os prazos burocráticos de um processo licitatório de locação.

6.3.7.4. Além disso, a locação contínua de máquinas de uso recorrente resultaria em custo superior à aquisição, sem deixar legado patrimonial para a Administração.

6.4. Assim, conclui-se que a opção pela aquisição definitiva é a solução mais viável e vantajosa para a Administração Pública, garantindo disponibilidade imediata, redução de custos a médio prazo e preservação da eficiência institucional.

6.5. Com a implementação da solução, espera-se alcançar ganhos em produtividade, economicidade e segurança, além de assegurar maior confiabilidade na execução dos serviços essenciais à Presidência da República, reduzindo custos com manutenções corretivas, desperdício de insumos e tempo de execução das atividades.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa de quantidades foi definida a partir:

- (i) do mapeamento das demandas recorrentes das oficinas (marcenaria, serralheria, pintura, tapeçaria, hidráulica e alvenaria);
- (ii) da necessidade de disponibilidade imediata e contínua de maquinário para atendimento institucional, e
- (iii) do diagnóstico técnico que evidencia obsolescência e indisponibilidade de peças e de dispositivos de segurança dos equipamentos atuais.

7.2. O método adota premissas conservadoras, orientadas pela suficiência operacional mínima, assegurando economicidade e eficiência, em consonância com o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (AGU) quanto à necessidade de explicitar método e memória de cálculo.

7.3. Com base nas necessidades levantadas pela equipe da DIENP (itens 1 a 24), foi estabelecida a seguinte estimativa:

- **Itens 1,2,5, 6, 8,9,16,18, 20,21,22,23 e 24: 1 (uma) unidade** por item;
- **Item 4, 7, 10, 11, 12, 14 e 19: 2 (duas) unidade** por item;
- **Item 3, 13,15 e 17: 3 (três) unidades** por item.

7.4. Notas metodológicas:

7.4.1. O levantamento de quantitativos apresentado no Tópico 7 seguiu metodologia baseada em premissas técnicas e conservadoras, com vistas à suficiência operacional mínima. Os principais critérios observados foram:

7.4.2. Mapeamento das demandas recorrentes: As quantidades foram estabelecidas a partir da análise das ordens de serviço e históricos de manutenção realizados pelas oficinas de marcenaria, serralheria, pintura, tapeçaria, hidráulica, alvenaria, e eletromecânica que evidenciam a necessidade de disponibilidade contínua de equipamentos.

7.4.3. Diagnóstico técnico do parque atual: Verificou-se que diversos equipamentos encontram-se em situação de obsolescência ou indisponibilidade de peças de reposição e dispositivos de segurança, o que impede seu uso seguro. Essa constatação reforçou a necessidade de substituição integral, e não apenas complementar.

7.4.4. Premissa da suficiência mínima: Adotou-se como regra 01 (uma) unidade por item, assegurando o atendimento das demandas essenciais sem superdimensionamento do quantitativo.

7.4.5. Exceções justificadas: Para itens de maior uso simultâneo ou de demanda crítica, o quantitativo foi ampliado:

7.4.6. Itens 4, 7, 10, 11, 12, 14 e 19: definidos em 02 (duas) unidades cada, em razão da utilização paralela em diferentes frentes de trabalho.

7.4.7. Itens 3, 13,15 e 17: definidos em 03 (três) unidades, dada a elevada demanda operacional das oficinas.

7.4.8. Base documental: O método utilizado fundamenta-se no Relatório de descrição de máquinas, documento técnico que embasa a memória de cálculo e confere rastreabilidade à decisão administrativa, complementado por levantamento de necessidades específicas das oficinas durante a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar.

7.4.9. Conformidade normativa: A metodologia está em consonância com o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (AGU, 2024), que orienta a explicitação de critérios objetivos e a documentação da memória de cálculo nos estudos técnicos preliminares.

7.4.10. O local de instalação de cada item está descrito na tabela a seguir.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	LOCAL DE INSTALAÇÃO
1	Coladeira de borda com função de colagem de ripado com 2 mesas extensoras; Potência mínima: 1,4KW; Tensão: 220V; Modelo de referência: Coladeira de Borda Compacta RP com Função Colar Ripado 1,4KW 220V Monofásica com 2 Mesas Extensoras VERRY-5130 ou equivalente técnico.	Oficina de Marcenaria - DIENP
2	Esquadrejadeira de precisão manual com eixo inclinável; Tensão: 220V; Motor Trifásico: 5 CV – 2 polos; Diâmetro da serra do riscador: 120mm; Velocidade da serra: 4.000 RPM; Velocidade do riscador: 8.000 RPM; Motor do riscador: 3/4CV; Inclinação: 45°; Modelo de referência: Esquadrejadeira de Precisão Manual 5CV Trifásico 3200mm com Eixo Inclinável e Riscador Black Edition MAKSIWA-BMS3200IR-M ou equivalente técnico.	Oficina de Marcenaria - DIENP
3	Furadeira de coluna (bancada) 750W; Tensão: 220V; Potência do motor: 750W / 1HP; Frequência: 60Hz; Faixa mínima de Velocidade: de 180 até 3865 RPM; Cone do fuso: Morse nº3; Profundidade de corte: 10mm; Capacidade de furação em aço: 32mm (1.1/4"); Distância entre centro do fuso à coluna: 255mm; Profundidade de furação: 120mm. Modelo de referência: Furadeira de coluna FSC 32P Pratika, Schulz ou equivalente técnico.	Oficina de Serralheria – DIENP Oficina de Mecânica – DIENP Oficina de Civil - DIENP
4	Serra de esquadria de 12 polegadas com braço telescópico. Tensão: 220V; Potência mínima: 1.675 W; Velocidade mínima Sem Carga: 3.800 RPM; Lâmina: Ø 12" X 1" (305 X 25 mm); Braço Telescópico: Sim; Esquadria Esquerda (mínimo): 0-45°; Esquadria Direita (mínimo): 0-45°;	Oficina de Serralheria – DIENP Oficina de Mecânica – DIENP



	Inclinação à Esquerda (mínimo): 0-45°; Inclinação à Direita (mínimo): 0-45°. Modelo de referência: Serra meia esquadria 12" 1.675W com braço telescópio - DWS780 220V – DeWalt ou equivalente técnico.	
5	Furadeira horizontal reforçada com mandril de 16mm; Tensão: 220V; Motor: Monofásico 1CV / 2 polos; Mandril: 5/8" (16mm); Dimensões mínimas da Mesa Móvel: 400 x 200mm. Modelo de referência: Furadeira Horizontal Black Edition Reforçada FH16 5/8 Pol. MAKSIWA, ou equivalente técnico.	Oficina de Marcenaria - DIENP
6	Lixadeira de fita regulável com calçador; Motor: Trifásico, 3 a 5 CV; Diâmetro das Polias: 220mm; Comprimento da Lixa: 7200mm. Modelo de referência: Lixadeira de Fita Profissional LIS 2750 x 800mm com Calçador e Motor Trifásico MAKSIWA-108638 ou equivalente técnico.	Oficina de Marcenaria - DIENP
7	Guincho de Coluna Cabo de Aço de 300 a 600Kg 1500W; Tensão: 220V; Capacidade de elevação de carga: 300/600 Kg; Velocidade de elevação: 10/5 m/min; Altura de elevação: 12m - 300kg / 6m - 600kg; Potência: 1500W; Motor: Elétrico Monofásico 60Hz. Modelo de referência: Guincho de Coluna Cabo de Aço 300/600Kg 1500W 220V MENEGOTTI-PRIME-V2-300 ou equivalente técnico.	Oficina de Mecânica – DIENP Oficina de Civil - DIENP
8	Dobradeira hidráulica CN 125 Ton com mesa de pelo menos 3m; Tensão: 380V; Capacidade de carga: 125 Toneladas; Comprimento mínimo da mesa: 3 metros; Pressão nominal: 1250 kN. Modelo de referência: Dobradeira Viradeira Hidráulica 125 Ton 3200mm CN com Servo 380v PAINEL ESTUN E310P – Nagano ou equivalente técnico.	Oficina de Serralheria – DIENP
9	Guilhotina hidráulica com mesa de no mínimo 3 metros, com capacidade de corte mínima de 6 mm de espessura e 3000 mm de comprimento; Potência do motor: 7.5KW. Modelo de referência: Guilhotina Hidráulica 8 Ton 3200mm Corte Tesoura 380V – Modelo NPGH83200 Nagano ou equivalente técnico.	Oficina de Serralheria – DIENP
10	Solda Ponto ou ponteadeira portátil; Tensão 220V; Potência mínima 3.000W; Corrente permanente de soldagem mínima 160 A; Modelo de referência: MSP 160 Vonder, ou equivalente técnico.	Oficina de Serralheria – DIENP Oficina de Mecânica – DIENP
11	Serra Policorte portátil; Tensão: 220V; Potência mínima do motor: 2200W; Rotações por minuto: 3.800RPM; Capacidade de corte 90°: 127mm; Tamanho: 14 polegadas. Modelo de referência: Serra Rápida Policorte Portátil 14 Pol. 2200W 220V MAKITA-LW1400 ou equivalente técnico.	Oficina de Serralheria – DIENP Oficina de Mecânica – DIENP
12	Betoneira 400L de fundo triplo profissional 2 CV; monofásico; Tensão: 220V; Capacidade do tambor (L): 400; Capacidade de mistura (L): 315; No aprox. de ciclos/hora: 15; Produção horária aprox. (m3): 4,7; Rotação do tambor (rpm): 28; Potência do motor: 2cv; Tensão monofásica: 220V; Frequência (Hz): 60; Transmissão por correia: tipo "V". Modelo de	Oficina de Civil - DIENP

	referência: Betoneira 400 litros Com Motor Monofásico e Chave Elétrica NR12 - RLL-400NR12C/M 220V - Rotterman ou equivalente técnico.	
13	Lavadora de alta pressão indução, com mangueira desobstrutiva mínima de 7,5 metros. Tensão: 220V Potência elétrica: 2200W/3CV Pressão mínima: 2000PSI Vazão mínima: 500L/h Tipo de plugue: 3 pinos Motor: Indução Tamanho da mangueira: 7,5m Tamanho da mangueira desentupidora: 2m. Acessórios: Pistola de alta pressão, Lança com engate rápido, Bico leque 15°, Bico Turbo, engate rápido e agulha de limpeza para bico. Modelo de referência: Lavadora de Alta Pressão Desobstruidora 2200W WAP 4100 220V ou equivalente técnico.	Oficina de Civil - DIENP Oficina de Mecânica – DIENP Oficina de Ar condicionado – DIENP
14	Gerador de energia a gasolina 220v com rodas. Potência do motor: 15 HP Potência máxima: 9,0 KVA Potência nominal: 8,5 KVA Tensão de voltagem: 110/220 V Fases: Monofásico Capacidade do tanque: 25 Autonomia aprox.: 8 h. Modelo de referência: Gerador de Energia a Gasolina TG10000CXE-XP 9.0 Kva Monofásico com Partida Elétrica e Manual TOYAMA-201-034DR ou equivalente técnico	Oficina de Civil - DIENP Oficina de Mecânica – DIENP
15	Máquina de costura profissional de transporte duplo. Motor: Direct Drive. Velocidade mínima: 2.000 rpm Fornecida com mesa e pés: Potência mínima 750W, Tensão: 220 V. Modelo de referência: ZJ-0303L-3BD-02 ou equivalente técnico.	Oficina de tapeçaria - DIENP
16	Máquina overlock profissional direct drive com 3 fios. Velocidade mínima: 6.000 rpm Fornecida com mesa e pés; Potência mínima: 550W Tensão: 220 V; Quantidade de fios: 3 fios. Modelo de referência: Zoje B9500-17-220V ou equivalente técnico.	Oficina de tapeçaria - DIENP
17	Motocompressor de ar 19 l com acessórios para pintura. Tensão: Monofásico - 220 V, Tipo do Motor: Aberto; Pressão de Operação Mínima Superior:120 lbf/pol²; Pressão de Operação Mínima Inferior:80 lbf /pol²; Potência: 1,5 hp; Frequência: 60 Hz; Volume do Reservatório: 19 litros; Lubrificado. Modelo de referência: Motocompressor de Ar 1,5HP 20L 220V com Jogo de Acessórios 5 Peças SCHULZ-K8693 ou equivalente técnico	Oficina de Civil - DIENP Oficina de Mecânica – DIENP Oficina de Ar condicionado – DIENP
18	Motocompressor de ar compacto com acessórios para pintura. Fase - Tensão: Monofásico - 220 V; Tipo do Motor: Aberto; Pressão de Operação Mínima:2,8 lbf/pol²; Potência mínima: 0,25 hp; Isento de óleo. modelo de referência: Motocompressor de Ar Jet Fácil Plus com 9 Acessórios 220V SCHULZ-92013000 ou equivalente técnico.	Oficina de Civil - DIENP
19	Máquina de solda portátil tipo: Inversora; Tensão: 220 V; Frequência Nominal: 60 HZ; Fator Potência mínimo: 0,92; Faixa Corrente: 5 A 200 A; Aplicação: Solda Peq./Méd. Porte em alumínio, ferro e inox; Características Adicionais: Garra Obra, Porta Eletrodo E Alça. Modelo de referência: Máquina de Solda Inversora MMA 200A 230V com Display Digital DEKO-DKA200Y ou equivalente técnico.	Oficina de Serralheria – DIENP Oficina de Mecânica – DIENP

20	Máquina de solda MIG sem gás -Tipo Arco: Mig/Mag; Corrente Nominal mínima: 150 A; Faixa Corrente: 20 A 120 A; Tensão Alimentação: 220 V; Frequência: 60 HZ; Características Adicionais: Processo de solda MIG sem gás. Modelo de referência: Máquina de Solda MultiProcesso MIG /MMA/TIG 120A 220V FORTGPRO-FG4004W ou equivalente técnico.	Oficina de Mecânica – DIENP
21	Máquina de solda MIG com gás - Tipo Arco: Mig/Mag; Corrente Máxima: 300 A; Tensão: 380 V; Tensão Alimentação: Trifásico; Frequência: 60 Hz; Características Adicionais: Semi-Automática, fornecida com Tocha e Alimentador de Arame Embutido. Modelo de referência: Máquina para Solda Mig/Mag 300 A, Modelo MM 305 220/380/440v Trifásica – Vonder, ou equivalente técnico.	Oficina de Mecânica – DIENP
22	Desempenadeira trifásica 3 facas com mesa de no mínimo 1800x350mm, motor mínimo 3CV, tensão 220/380V. Modelo de referência: Black Edition DE-1800 1800 x 350mm com 3 Facas Motor 3CV 2P Trifásico MAKSIWA-105611 ou equivalente técnico.	Oficina de Marcenaria - DIENP
23	Plaina Desengrossadeira trifásica com 3 Facas, potência mínima do motor 5 CV, mesa com dimensões mínimas de 400x600mm, tensão 220 /380V. Modelo de referência: Pd.400/3 Maksiwa ou equivalente técnico.	Oficina de Marcenaria - DIENP
24	Tupia trifásica, potência mínima do motor 5CV, mesa com dimensões mínimas de 900x700 mm e curso vertical mínimo do eixo de 110mm. Modelo de referência: TUE.900 Maksiwa ou equivalente técnico.	Oficina de Marcenaria - DIENP

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 663.509,56

8.1. A estimativa do valor da contratação foi apurada a partir do levantamento de mercado (Tópico 5), que contemplou cotações obtidas junto a fornecedores especializados, sítios especializados e relatórios oficiais do sistema ComprasGov (Pesquisa nº 154/2025).

8.2. Para cada item, foram calculadas médias, medianas, desvio padrão e coeficiente de variação (CV), assegurando tratamento estatístico robusto e alinhado às orientações da Instrução Normativa SEGES /ME nº 65/2021 e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU).

8.3. O valor unitário adotado para cada item foi selecionado com base nos valores menores ou iguais à mediana, em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021.

8.4. Com base nesse método, a estimativa consolidada para a presente contratação é de:

**R\$ 663.509,56 (seiscentos e sessenta e três mil, quinhentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos).**

8.5. Esse valor reflete uma estimativa realista, juridicamente defensável e tecnicamente fundamentada, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.6. A consolidação do valor estimado será utilizada como parâmetro de referência para a fase de planejamento da licitação, podendo ser ajustada em função de novas cotações ou de atualização monetária até a publicação do edital.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. A aquisição será realizada por item. Não será agrupado.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes vinculadas ao presente objeto. A aquisição dos maquinários destina-se exclusivamente à modernização das oficinas da Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Presidência da República, não dependendo de outros contratos para sua execução, tampouco gerando obrigações acessórias a contratações em andamento.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A presente contratação insere-se no Plano Anual de Contratações da Presidência da República (PAC/PR), em consonância com o disposto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021, que exige a compatibilização entre as contratações e o planejamento estratégico do órgão.

11.2. O objeto em questão – aquisição de maquinário para as oficinas de marcenaria, serralheria, pintura, tapeçaria, hidráulica e alvenaria – encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) da Diretoria de Engenharia e Patrimônio, que já contemplava a necessidade de substituição dos equipamentos obsoletos e a modernização do parque de máquinas utilizado para o atendimento às demandas institucionais da Presidência.

11.3. Em atendimento ao disposto no art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, registra-se, ainda, que a presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao Plano de Gestão de Logística Sustentável da Presidência da República (PLS/PR), cujas diretrizes e práticas estão consolidadas no documento "Plano de Gestão de Logística Sustentável da Presidência da República". A aquisição proposta contribui diretamente para diversos eixos temáticos do PLS/PR, em especial:

a) Eixo Compras e Contratações Sustentáveis: A presente contratação, ao especificar a aquisição de maquinário e equipamentos com exigências de eficiência energética (conforme itens 4.2 e 4.5), conformidade com normas de segurança (NR-12, NR-17, NR-18, conforme item 4.3) e de sustentabilidade (embalagens recicláveis, declaração de responsabilidade ambiental, conforme item 4.5), está em consonância com o objetivo do PLS/PR de "Implementar práticas sustentáveis nos processos de aquisição".

b) Eixo Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho: A exigência de que todos os equipamentos estejam em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NR-12, NR-17 e NR-18), conforme detalhado no item 4.3, visa assegurar um ambiente laboral seguro e ergonômico, mitigando riscos de acidentes. Esta preocupação está diretamente ligada aos objetivos do PLS/PR no eixo "Qualidade de Vida no Trabalho", que busca "proporcionar condições de trabalho adequadas ao bem-estar coletivo" e "segurança do trabalho".

c) Eixo Energia Elétrica: A substituição de maquinário obsoleto por equipamentos modernos e com critérios de eficiência energética (item 4.2) atende ao objetivo do PLS/PR de "Modernizar os espaços da estrutura administrativa com foco na eficiência energética" e às ações de padronização de equipamentos eletroeletrônicos para redução do consumo de energia.

d) Eixo Gestão de Resíduos e Impactos Ambientais: A preocupação com o descarte ambientalmente adequado das máquinas antigas e a exigência de embalagens recicláveis, conforme previsto no item 14 (Possíveis Impactos Ambientais) e no item 4.5, estão alinhadas às diretrizes do PLS/PR para a gestão de resíduos e à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

11.4. Portanto, a contratação em análise não apenas atende às demandas imediatas da Diretoria de Engenharia e Patrimônio, mas também contribui para a execução coordenada das metas do Plano de Contratações Anual (PCA), assegurando que os recursos orçamentários sejam aplicados de forma planejada, transparente e eficiente.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. A aquisição dos maquinários para as oficinas da Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Presidência da República proporcionará benefícios diretos e indiretos à Administração, destacando-se:

12.1.1. **Segurança ocupacional** – atendimento integral à NR-12 e demais normas correlatas, com equipamentos dotados de dispositivos de proteção, sistemas de parada de emergência e condições ergonômicas, reduzindo riscos de acidentes de trabalho.

12.1.2. **Eficiência operacional** – modernização do parque de máquinas, garantindo maior precisão, rapidez e qualidade na execução de serviços de marcenaria, serralheria, pintura, tapeçaria, hidráulica e alvenaria, com significativa redução do tempo de resposta às demandas internas.

12.1.3. **Sustentabilidade e economicidade** – adoção de equipamentos energeticamente mais eficientes e com menor índice de desperdício de insumos, alinhados ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e às políticas de gestão ambiental da Administração Pública.

12.1.4. **Redução de custos de manutenção** – eliminação da dependência de máquinas obsoletas que já não comportam manutenções corretivas eficazes, reduzindo custos recorrentes e aumentando a disponibilidade operacional.

12.1.5. **Atendimento tempestivo às demandas institucionais** – maior agilidade para execução de reparos e adequações de bens móveis e instalações de uso da Presidência, evitando contratempos em eventos oficiais e na rotina administrativa.

12.1.6. **Valorização do patrimônio público** – fortalecimento da capacidade de manutenção preventiva e corretiva de mobiliários e estruturas, garantindo conservação e prolongamento da vida útil dos bens da União.

12.1.7. **Acessibilidade** – suporte às adaptações necessárias para atender servidores e autoridades com mobilidade reduzida, em consonância com a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004 e a ABNT NBR 9050.

12.2. Em síntese, a contratação contribuirá para a continuidade dos serviços essenciais, a eficiência na gestão dos recursos públicos e a segurança do ambiente laboral, fortalecendo a capacidade de resposta da Presidência da República às suas demandas institucionais.

### 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para viabilizar a contratação dos maquinários destinados às oficinas da Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Presidência da República, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas e técnicas:

13.1.1. **Conclusão do levantamento de mercado** – consolidação das pesquisas de preços em andamento, incluindo cotações no ComprasGov, propostas formais de fornecedores e consultas a portais especializados, em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021.

13.1.2. **Definição dos lotes** – agrupamento dos equipamentos por similaridade de uso e natureza, garantindo a viabilidade de participação de fornecedores especializados e observando os princípios da economicidade e da competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

13.1.3. **Elaboração do Termo de Referência (TR)** – documento técnico a ser instruído com especificações detalhadas de cada máquina, critérios de julgamento, prazos de entrega, exigências de garantia e assistência técnica, além das condições de treinamento básico dos operadores.

13.1.4. **Indicação da modalidade de licitação** – seleção da modalidade mais adequada (preferencialmente pregão eletrônico, por se tratar de aquisição de bens comuns), em observância ao art. 28, II, da Lei nº 14.133/2021.

13.1.5. **Análise de riscos** – elaboração da Matriz de Riscos, conforme diretrizes do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU (2024), contemplando riscos de fornecimento, de garantia, de compatibilidade técnica e de segurança.

13.1.6. **Aprovação orçamentária** – reserva de recursos orçamentários suficientes para a aquisição, devidamente vinculada ao processo SEI nº 00059.001020/2025-99.

13.1.7. **Publicação do edital** – após análise jurídica e autorização da autoridade competente, providenciar a publicação do edital no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme previsto no art. 174 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.8. **Gestão e fiscalização contratual** – designação formal de gestores e fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, assegurando acompanhamento da entrega, instalação, treinamento e recebimento definitivo dos bens.

13.2. Essas providências assegurarão que a contratação seja conduzida de forma transparente, eficiente e em conformidade com o ordenamento jurídico vigente, garantindo a obtenção da solução mais vantajosa para a Administração Pública.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A aquisição dos maquinários para as oficinas da Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Presidência da República pode gerar impactos ambientais tanto positivos quanto negativos, os quais devem ser considerados no planejamento da contratação:

### 14.1.1. Impactos positivos

- Substituição de equipamentos obsoletos por máquinas mais modernas e eficientes, com menor consumo de energia elétrica e insumos, contribuindo para a redução da pegada ambiental das atividades.
- Diminuição da emissão de resíduos e do desperdício de materiais (madeira, metais, tecidos, tintas e insumos hidráulicos), em razão da maior precisão operacional dos equipamentos.
- Atendimento às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, alinhando a contratação às políticas públicas de sustentabilidade e eficiência energética.

### 14.1.2. Impactos negativos potenciais

- Geração de resíduos sólidos provenientes das embalagens dos equipamentos.
- Necessidade de descarte ambientalmente adequado das máquinas antigas, atualmente sucateadas ou inoperantes.
- Consumo energético contínuo dos novos equipamentos, ainda que em níveis mais eficientes do que os atuais.

### 14.1.3. Medidas de mitigação

- Determinar que os fornecedores utilizem embalagens recicláveis e promovam a logística reversa quando aplicável, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305 /2010).
- Realizar o descarte das máquinas inservíveis por meio de procedimento formal de desfazimento de bens móveis da Administração, priorizando a alienação para reciclagem ou reaproveitamento.
- Priorizar a aquisição de equipamentos que possuam certificações de eficiência energética e manuais em formato digital, reduzindo o uso de papel.

14.2. Dessa forma, os impactos ambientais da contratação podem ser considerados baixos e plenamente mitigáveis, não havendo óbices de ordem ambiental para a sua execução. Pelo contrário, a substituição e modernização do parque de máquinas tende a produzir benefícios ambientais relevantes no médio e longo prazo.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Após análise do presente **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, que contempla a descrição da necessidade, requisitos técnicos, levantamento de mercado, estimativa de quantidades e valor, bem

como a análise de alternativas e alinhamento ao Plano Anual de Contratações da Presidência da República, a **Equipe de Planejamento da Contratação** declara:

1. Que a contratação é **tecnicamente viável**, considerando que:
  - atende às demandas recorrentes das oficinas de marcenaria, serralheria, pintura, tapeçaria, hidráulica e alvenaria da Diretoria de Engenharia e Patrimônio;
  - substitui maquinários obsoletos, inseguros e sem suporte de manutenção;
  - promove ganhos de eficiência, segurança operacional e continuidade dos serviços prestados à Presidência da República.
2. Que a estimativa do valor da contratação, fixada em **R\$ 663.509,56 (seiscentos e sessenta e três mil, quinhentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos)**, foi apurada de forma fundamentada e juridicamente defensável, mediante levantamento de mercado e aplicação de critérios estatísticos previstos na **IN SEGES/ME nº 65/2021**.
3. Que a contratação encontra-se **alinhada ao Plano Anual de Contratações (PCA)** e às diretrizes de governança, economicidade e eficiência estabelecidas pela **Lei nº 14.133/2021**.

Diante do exposto, a equipe conclui pela **viabilidade da contratação**, recomendando sua tramitação às etapas subsequentes do processo licitatório.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**WAGNER ALVES**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 14:06:01.*

**BARNEH PEREIRA DA SILVA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 14:24:06.*



**ANDRE HOLLERVEGER**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 27/03/2026 às 15:49:25.*

**FABIO MOURA DA GUARDA**

Assistente



*Assinou eletronicamente em 27/03/2026 às 15:53:22.*